

e no exercício das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nos termos do despacho n.º 5687/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Março de 2006, é reconhecido o interesse público do projecto «Site de radar portuário da Ponta do Altar», integrado no Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) no continente, sujeito ao parecer emitido ao nível do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, do Ministério da Defesa Nacional, Marinha, o que, a não acontecer, determina a obrigatoriedade do interessado repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à da emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

31 de Maio de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*. — A Secretária de Estado dos Transportes, *Ana Paula Mendes Vitorino*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 13 442/2006 (2.ª série).** — 1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Rui Manuel Janes Cartaxo para prestar colaboração no âmbito do meu Gabinete, que é para o efeito requisitado ao Banco de Portugal, aplicando-se o disposto no n.º 4, *in fine*, do artigo 6.º do referido diploma.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 12 de Abril de 2006.

7 de Junho de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

### Direcção-Geral do Turismo

**Aviso (extracto) n.º 7220/2006 (2.ª série).** — Por despacho da subdirectora-geral do Turismo de 24 de Maio de 2006:

Isabel Beija Celestino da Costa, assessora da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Turismo — provida na categoria de assessor principal da mesma carreira e quadro de pessoal, com efeitos a 1 de Março de 2006, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 25 de Janeiro, com a redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

7 de Junho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Teresa Monteiro*.

**Aviso (extracto) n.º 7221/2006 (2.ª série).** — Por despacho da subdirectora-geral do Turismo de 9 de Junho de 2006:

Maria Inês Marcelo Castelo Branco de Campos Queiroz de Barros, Teresinha Maria d'Almeida Duarte de Deus, João Miguel Pires Micaelo, António Carlos Freitas Champalimaud de Aboim Barahona e Maria Madalena Alçada Rosa, técnicos superiores principais da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Turismo, e Maria Fernanda Palácios Coelho Josué Luís, técnica superior principal da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo — nomeados definitivamente, precedendo concurso, assessores da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Turismo. Os funcionários ficam posicionados no escalão 1, índice 610, do actual sistema retributivo da função pública.

12 de Junho de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Teresa Monteiro*.

### Instituto de Formação Turística, I. P.

**Deliberação n.º 836/2006.** — Por deliberação do conselho de administração do Instituto de Formação Turística, I. P., de 1 de Junho de 2006:

Maria de Fátima Afonso Francisco Claro, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Escola de Hotelaria de Turismo

do Algarve — nomeada para a categoria de assistente administrativa especialista, nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugado com a alínea *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, posicionada no escalão 1, índice 269, com efeitos a 15 de Março de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Junho de 2006. — A Vogal do Conselho de Administração, *Cecília Silveira*.

**Deliberação n.º 837/2006.** — Por deliberação do conselho de administração do Instituto de Formação Turística, I. P., de 1 de Junho de 2006:

Liseta Adelaide de Miranda Geração, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto de Formação Turística, I. P. — nomeada para a categoria de técnica superior principal, nos termos do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugado com as alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, posicionada no escalão 1, índice 510, com efeitos a 21 de Março de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Junho de 2006. — A Vogal do Conselho de Administração, *Cecília Silveira*.

**Deliberação n.º 838/2006.** — Por deliberação do conselho de administração do Instituto de Formação Turística, I. P., de 1 de Junho de 2006:

Ana Isabel Arruda Moreira Afonso Dias, técnica superior principal do quadro de pessoal do Instituto de Formação Turística, I. P. — nomeada para a categoria de assessora, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugado com as alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, posicionada no escalão 1, índice 610, com efeitos a 24 de Março de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Junho de 2006. — A Vogal do Conselho de Administração, *Cecília Silveira*.

**Deliberação n.º 839/2006.** — Por deliberação do conselho de administração do Instituto de Formação Turística, I. P., de 1 de Junho de 2006:

Paulo Jorge da Costa Nande, técnico superior principal do quadro de pessoal do Instituto de Formação Turística, I. P., — nomeado para a categoria de assessor, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, conjugado com as alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, posicionado no escalão 1, índice 610, com efeitos a 10 de Abril de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Junho de 2006. — A Vogal do Conselho de Administração, *Cecília Silveira*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

**Portaria n.º 1054/2006 (2.ª série).** — Pelo Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, confere-se aos conselhos cinegéticos e da conservação da fauna municipais um importante papel no âmbito da definição da política cinegética do concelho.

Determina o n.º 2 do artigo 157.º daquele diploma que, por portaria do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, seja fixada a composição de cada conselho.

Com fundamento no disposto no artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º O Conselho Cinegético Municipal de Armamar é constituído pelos seguintes vogais:

Representantes dos caçadores:

António Pereira da Fonseca.

Heitor Cardoso Alvim.

José António Fernandes Guedes.